

Mais promessas ao FMI

No adendo à Carta de Intenções, a promessa de cortar totalmente os juros subsidiados e a fazer com que a correção monetária volte a acompanhar a inflação.

PASTORE

O Brasil já conseguiu cerca de 85% dos US\$ 6,5 bilhões que precisa para fechar suas contas do próximo ano. Essa foi uma das informações que o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, transmitiu aos dirigentes e responsáveis pela área cambial dos 20 bancos brasileiros que têm agências no Exterior, com quem se reuniu ontem, em São Paulo. Além disso, Pastore também convidou os banqueiros presentes a formarem um grupo de acompanhamento das negociações externas.



A negociação explicada aos banqueiros

mantida em todas as linhas, "isto é, tanto na parte da reestruturação da dívida, como na parte comercial e interbancária". A meta desta última, ou seja, os compromissos bancários, especificou, é de US\$ 6,5 bilhões "e é isso que estamos negociando".

A parte relativa às negociações governo-governo ainda não está fechada. Conforme Pastore, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, já está partindo para a reunião do Clube de Paris, "que deverá ocorrer no próximo dia 22 ou 23; e o Galvães estará lá para fechar isso, que representa cerca de US\$ 2,5 bilhões".

Ele concluiu dizendo que "alguns governos verbalmente já nos confirmaram essas linhas, mas não vou declarar quais para não dizer os que ainda estão por confirmar". E apresentou perspectivas de que o dinheiro necessário para o Brasil saldar seus débitos deverá entrar antes do fim deste mês: "a coisa vai caminhando bem e acredito que vamos ter, antes da reunião do board do FMI, a massa crítica necessária desses US\$ 2,5 bilhões já comprometida".

Boa proposta

Segundo o presidente da Febraban e da Fenaban, Roberto Konder Bornhausen, que participou ontem à tarde da reunião com Pastore, o Banco Central fez os informes gerais das negociações das novas linhas de crédito para o Brasil. O mais importante, para Bornhausen, porém, foi a proposta do BC da formação de um grupo de acompanhamento — formado pelo Banco Central e os diretores técnicos da área internacional dos bancos nacionais privados e estatais com agência no Exterior — para acompanhar o andamento das operações da Fase 2.

O banqueiro ainda ressaltou que há um esforço muito grande para manter as linhas de crédito já existentes "e tudo que vier além disso será muito bem-vindo". Acrescentou que o grupo de acompanhamento, embora ainda não esteja definido, já estará funcionando a partir desta semana (provavelmente, destacou Bornhausen, com as 20 entidades que compareceram à reunião de ontem). "e é bem-vindo".

Roberto Konder Bornhausen disse acreditar que os problemas externos do Brasil estejam "liquidadados ainda neste mês de novembro". Falou mais: que a reunião foi produtiva e que está confiante na obtenção dos US\$ 6,5 bilhões. "Acho que o Pastore — afirmou o presidente da Febraban — nos transmitiu uma sensação positiva e otimista, e não tenho porque descreditar".

O presidente do Banco Central abordou essencialmente os projetos 3 e 4 do refinanciamento da dívida — linhas de crédito comercial e crédito interbancário — segundo um dos presentes, o vice-presidente do Itaú, Sérgio Silva de Freitas.

— Não há de fato dinheiro novo, somente a manutenção das linhas — disse Freitas, ressaltando porém que "o saldo do encontro foi muito positivo; ainda que sem nenhuma novidade, nenhuma bomba".

Uma das principais afirmações de Pastore no encontro foi a de que a centralização do câmbio — que hoje atrela os bancos comerciais ao Banco Central — poderá ser eliminada até o final deste ano.

As linhas de recursos novos — em parte os atrasados atuais — serão contratadas com 792 bancos, que deverão aumentar sua exposição (comprometimento) em 11% com o Brasil. Um total de 554 bancos está no projeto 2 — de refinanciamento das amortizações de 1983 e 1984. Busca-se a manutenção de US\$ 10,2 bilhões do crédito comercial, com 231 bancos, e de US\$ 6 bilhões das linhas de money-market, com 275 bancos.

Esclarecimentos

Afonso Celso Pastore descartou qualquer possibilidade de moratória por parte do Brasil: "Pelo amor de Deus, não diga isso" — exclamou Pastore a um repórter. Ele adiantou que se tratava de uma reunião "operacional" com os bancos.

O presidente do BC acrescentou, ainda, que "fizemos esclarecimentos de como negociamos essa parte e como precisamos nos coordenar com os bancos no sentido de fazer com que essas operações fluam normalmente". Pastore lembrou que dos US\$ 6,5 bilhões que o Brasil pretende com o jumbo já foram obtidos "US\$ 5,5 bilhões, um pouco mais, um pouco menos, o que representa cerca de 85% do total que deveria ser comprometido", disse ele.

Essa posição de 85%, ressaltou Afonso Celso Pastore, está sendo

O Brasil disse ao Fundo Monetário Internacional, numa Carta de Intenção Suplementar, que, além das medidas econômico-financeiras já adotadas, o governo priorizará os lucros resultantes da redução dos subsídios das taxas de juros, eliminará compensações salariais (o que aqui chamou-se mordomia) e limitará as categorias de remuneração adicional das estatais, além de promover novos cortes nos investimentos dessas empresas.

Dois outros itens importantes do documento, que não foram revelados pelo ministro Delfim Neto: a correção monetária não será mais expurgada, passando a acompanhar integralmente a taxa de inflação — que, essa sim, continuará "ajustada segundo os fatores ac-

dentais" durante 1984, embora Delfim tenha afirmado que o expurgo só seria efetuado este ano. Também a correção cambial passará a acompanhar a inflação expurgada e não mais, como dizia o texto original da terceira Carta de Intenções ao FMI, segundo o índice inflacionário real.

Apesar do que já fizeram — confessam as autoridades no documento confidencial do dia 14 de novembro obtido por este jornal —, as necessidades de financiamento do setor público de 1983 (que é como o FMI mede o déficit) são agora projetadas em 18,6% do Produto Interno Bruto — setor público compreende governo central, governos estaduais e municipais e empresas estatais. A carta suplementar modifica a carta de intenção, de 15 de setembro passado.

Em 1984, as autoridades pretendem limitar as necessidades de financiamento do setor público a não mais de 9% (nove por cento) do PIB, "embora se deva enfatizar que o resultado real dependerá muito da velocidade com que a inflação seja reduzida", advertem.

Para assegurar significativa queda da inflação, a expansão da oferta monetária (M-1), em 1984, não ultrapassará 50%. Essa expansão será mantida em 90% em 1983 como um todo.

Mais uma vez, as autoridades se comprometem a liberalizar as importações e a trocar as barreiras quantitativas pelas tarifárias. Legislação, nesse sentido, seria introduzida em meados de 1984.

A carta de intenção, de 15 de setembro, e os adendos contidos

nesta carta suplementar assinada pelas três autoridades econômicas do País, foram examinados numa sessão informal da diretoria do FMI, anteontem de manhã. A diretoria executiva irá debater o programa "brasileiro" formalmente no próximo dia 22 e, conforme se espera, aprová-lo. Em seguida, a instituição começará a liberar algumas parcelas do empréstimo que fez ao Brasil, que ficaram retidas quando o governo não foi capaz de cumprir as metas do seu programa econômico nos dois primeiros trimestres do ano.

Abaixo, a íntegra do documento confidencial, obtido por nosso correspondente A.M. Pimenta Neves, apesar de o ministro Delfim Neto ser contrário à sua divulgação.

O ADENDO

Confidencial
15 de novembro de 1983
Para: membros da Diretoria Executiva
De: Secretaria
Assunto: Brasil — Carta Suplementar de Intenção

Em anexo; para consideração dos diretores executivos, uma carta de Intenção Suplementar, datada de 14 de novembro de 1983, das autoridades brasileiras.

Este assunto foi programado para discussão preliminar em uma sessão informal amanhã, quarta-feira, 16 de novembro de 1983, às 9h15m, e para consideração em reunião da diretoria-executiva ao meio-dia de terça-feira, 22 de novembro de 1983.

(Segue, em papel timbrado da Presidência da República, Secretaria do Planejamento, a carta de 14 de novembro de 1983.)

Sr. Jacques de Larosière, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, 700 19th Street, N.W. Washington, D.C. 20431.
Prezado Sr. de Larosière:

1 — Fizemos uma revisão da política econômica do Brasil à luz dos mais recentes desenvolvimentos econômicos. A inflação continuou em níveis muito mais elevados do que foi previsto, mesmo após as políticas terem sido fortalecidas, tanto em virtude dos efeitos de grandes mudanças nos preços relativos em uma economia altamente indexada, quanto em decorrência dos desastres naturais verificados no setor agrícola.

2 — Para ganhar novamente o impulso básico do programa econômico e para garantir, em particular, uma queda no índice da inflação, nós reexaminamos as políticas econômicas e tomamos as medidas consideradas necessárias. As conclusões da nossa revisão de política e as ações tomadas estão descritas abaixo. Deve ser observado que metas quantitativas específicas do programa econômico foram estabelecidas até o primeiro trimestre de 1984. Revisões do programa deverão ocorrer em fevereiro, agosto e novembro de 1984, para examinar o desempenho e as políticas econômicas e para estabelecer as metas quantitativas para o período de 1984, após o primeiro trimestre, e para 1985.

3 — Na área da política monetária, foi decidido manter as metas estabelecidas para 1983. Desta forma, a expansão de M-1 continuará limitada a 90% para 1983 como um todo, com o aumento na base monetária limitado a 87%. Para garantir uma importante redução na inflação, a expansão de M-1 durante 1984 deverá ser mantida no máximo a 50%, com o aumento na base monetária limitado a 50%, de dezembro de 1983 a março de 1984, e em vista dos fatores sazonais, o M-1 deverá diminuir 3,8%, e a base monetária deverá aumentar 2%. Para fins deste programa, estas metas a respeito da política monetária foram tra-

duzidas em um conjunto de limites sobre os ativos domésticos líquidos das autoridades monetárias, conforme definido no parágrafo quatro do Memorando Técnico de Entendimentos anexado à carta de 15 de setembro de 1983. Consequentemente, os ativos domésticos líquidos, que em 30 de setembro de 1983 somavam Cr\$ 5.379 bilhões, não serão superiores a Cr\$ 3.540 bilhões em 31 de dezembro de 1983 e a Cr\$ 3.300 bilhões em 31 de março de 1984. Estes limites se baseiam em determinadas projeções de desembolsos de empréstimos por parte de bancos comerciais estrangeiros.

4 — Para aumentar a eficácia do controle monetário, uma ativa política de taxas de juros será adotada com o objetivo de garantir taxas reais de juros positivas. Consequentemente, o fator da correção monetária que é utilizado para ajustar o valor das obrigações financeiras será determinado no final de cada mês de forma a não ser inferior à taxa de inflação (medida segundo o Índice Geral de Preços da oferta interna, ajustada segundo os fatores acidentais) correspondente a este mês. Além disso, as autoridades pretendem examinar as provisões necessárias de reservas existentes com a finalidade de fortalecer a sua implementação. O progresso nesta área será avaliado por ocasião da revisão de fevereiro com o Fundo.

5 — O ajustamento das finanças públicas continua sendo de importância central para o programa geral de ajustamento. A intenção das autoridades é manter o nível de ajustamento real das finanças do setor público previsto nos parágrafos 10 e 11 da carta de 15 de setembro de 1983. Consequentemente, o déficit no orçamento operacional do setor público não irá exceder 2,7% do PIB em 1983. Para 1984, um superávit no orçamento operacional de pelo menos 0,3% do PIB será conseguido. Para garantir estes resultados no orçamento operacional, o governo adotou as seguintes medidas:

- a) Aumentos nos índices de impostos dos rendimentos de empresas, dividendos, ganhos de capital em operações do open market, aluguéis, e determinados juros;
- b) As faixas de Imposto de Renda foram ajustadas em 100%;
- c) Uma faixa com Imposto de Renda de 60% foi acrescentada e incentivos fiscais foram eliminados;
- d) A data de avaliação dos débitos individuais do Imposto de Renda foi avançada;
- e) Uma avaliação mais alta do valor de títulos da dívida pública mantido por empresas;
- f) Eliminação, ou diminuição, de certas isenções fiscais; e
- g) Maior severidade dos procedimentos de administração fiscal.

Além disso, o governo irá adotar as seguintes medidas:

- a) Apropriação pelo Tesouro de lucros resultantes da redução de subsídios das taxas de juros;
- b) Eliminação de benefícios adicionais e redução de categorias de remuneração adicional em empresas estatais;
- c) Outros cortes de investimento por parte das empresas estatais.

Além disso, o governo irá submeter ao Senado um projeto de resolução permitindo aos Estados aumentar dois pontos percentuais no ICM, a partir de 1º de janeiro de 1984.

6 — Apesar destas medidas, as necessidades de empréstimos do setor público em 1983 deverão equivaler a 18,6% do PIB porque a correção da dívida do setor público em relação à inflação doméstica e a depreciação das taxas cambiais não foram suficientes para reduzir o déficit. Para 1984, as autoridades pretendem reduzir as necessidades de empréstimos do setor público a não mais que 9% (nove) do PIB, se bem que deve ser enfatizado que o resultado real irá depender muito da velocidade na qual a inflação for reduzida. As necessidades de empréstimo do setor público, conforme foi defi-

nido no parágrafo 2 do Memorando Técnico de Entendimentos anexo à carta de 15 de setembro de 1983, não irão exceder Cr\$ 24.600 bilhões durante o período de três meses que se encerra no dia 31 de dezembro de 1983, e Cr\$ 11.750 bilhões durante o primeiro trimestre de 1984. As metas correspondentes para o desempenho operacional do setor público serão um déficit que não deverá exceder Cr\$ 3.600 bilhões em 31 de dezembro de 1983 e Cr\$ 1.300 bilhões em 31 de março de 1984. Para ajudar a garantir um cumprimento destas metas orçamentárias, metas mensais para as necessidades de empréstimos do governo central, das empresas estatais e dos governos estaduais e municipais para o período até 31 de março de 1984, estão especificadas na tabela anexa (ver quadro) e serão sujeitas a consultas conforme foi estabelecido no Memorando Técnico de Entendimentos.

7 — No que diz respeito às políticas do setor externo, o governo reafirma as intenções expressas nos parágrafos 15 e 16 da carta de 15 de setembro de 1983, e estas políticas deverão continuar em 1984. Consequentemente, a mudança percentual no valor do cruzeiro em relação ao dólar norte-americano em 15 de abril de 1984 sobre seu valor no dia 28 de fevereiro de 1983 não será inferior à mudança percentual do Índice Geral de Preços da oferta interna ajustado aos fatores acidentais durante o período de 13 meses que se encerra no dia 31 de março de 1984. Durante o período subsequentes de três meses, a política de taxas cambiais estará sujeita a este mesmo princípio. A meta geral do balanço de pagamentos para o período de três meses que se encerra em 31 de março de 1984 é um superávit de, pelo menos US\$ 100 milhões e a nova dívida líquida externa será limitada a US\$ 2,5 bilhões durante o período de três meses que se encerra no dia 31 de março de 1984. O governo reafirma sua intenção de adotar políticas externas que irão permitir a eliminação das restrições cambiais restantes. Estes acordos de pagamentos bilaterais que, em relação a determinadas transações em 1983 foram realizadas de uma forma discriminatória, serão eliminados a partir de 31 de dezembro de 1983. As autoridades pretendem introduzir, durante o período do acordo, um sistema de comércio internacional que deverá fornecer proteção às atividades domésticas através de tarifas, em lugar de restrições quantitativas. As autoridades já começaram com o trabalho técnico necessário para a implantação de uma tal política e pretendem submeter ao Congresso a legislação pertinente até meados de 1984. Os resultados na área da liberalização das importações serão avaliados na revisão de agosto.

Atenciosamente
Afonso Celso Pastore, presidente do Banco Central do Brasil
Antonio Delfim Neto, ministro do Planejamento
Ernane Galvães, Ministro da Fazenda.

Metas mensais para as necessidades de financiamento do setor público			
(Em bilhões de cruzeiros)			
	Governo	Empresas	
	Central	Estaduais e munic.	Estatais
1983			
Setembro	7.909	7.927	11.158
Outubro	8.300	9.305	13.000
Novembro	9.050	9.820	14.250
Dezembro	9.400	10.415	17.155
1984			
Janeiro	10.405	12.340	18.100
Fevereiro	11.550	13.125	19.565
Março	12.560	13.915	21.020

Nota: No caso das estatais, os números compreendem os fluxos acumulados de financiamento externo durante o ano, somados aos estoques de financiamento interno.

O que essas promessas significam: recessão.

O próximo ano deverá ser bem mais difícil que 1983. A recessão vai agravar-se como consequência da drástica redução do crédito, juros elevados, queda dos investimentos e do consumo e aumento do desemprego. A previsão foi feita ontem em Brasília por um assessor do ministro da Fazenda, Ernane Galvães, ao confirmar que o governo terá de adotar novas restrições (atingindo o crédito à agricultura e às exportações) para atender às exigências do Fundo Monetário Internacional.

A esperança — disse o assessor — é que, em consequência do novo pacote recessivo, a inflação afinal resolva declinar (depois de dez meses consecutivos de violentas altas) e se consiga controlar o déficit público (o que muitos técnicos consideram impossível, nas atuais circunstâncias), abrindo-se perspectivas um pouco melhores para 1985. Já na próxima reunião do Con-

selho Monetário Nacional, possivelmente dia 30, o governo anunciará mais redução de subsídios, para garantir a diminuição do déficit público. Conforme a fonte, a queda do déficit, combinada com receita adicional em torno de também 0,6% do PIB, fará com que o governo federal alcance em 1984 um saldo no orçamento operacional de cerca de 1,6%.

Com este objetivo, estuda-se a antecipação, de julho de 1984 para dezembro próximo, da eliminação total do subsídio ao trigo, além de fixação de uma política de preços para o produto, que evite a retomada das subvenções. Também está definida a redução dos subsídios aos créditos agrícolas às exportações.

As taxas de juros nos empréstimos à agricultura, no Norte e Nordeste, passarão de 80% para 70% da inflação passada, mais 3% de juros. Para as outras regiões, o crédito

passará de 85% para 95%. As taxas de financiamentos às exportações, que deveriam ser ajustadas de 60% para 70% a partir de 2 de janeiro de 1984, serão corrigidas também para 95%, mais 3% de juros.

Conforme a fonte, o governo já chegou à conclusão de que a demanda por crédito subsidiado para o setor exportador, em 1984, será muito elevada, e por isso o aumento na taxa de juros vai possibilitar uma "administração melhor dos recursos que tivemos". Não faltará dinheiro para o setor exportador, "só que será um pouco mais caro".

O aumento dos depósitos compulsórios, tanto para depósitos à vista como a prazo, poderá ser aprovado também na próxima reunião do CMN. A fonte da Fazenda comentou que esta medida se tornou necessária depois que o governo reduziu a meta de expansão monetária para 1984, de 60% para 50%. Depois de definido o controle da moeda manual falta agora um aperto no crescimento da moeda escritural (os depósitos bancários).

Outra medida que o governo planeja é manter, a exemplo deste ano, a antecipação de parte de pagamento do Imposto de Renda pelas instituições financeiras. A medida ajudará muito à redução do déficit público em 1984.

Serão mantidos os limites à expansão do crédito do Banco do Brasil. Alguns técnicos do banco e do Ministério da Fazenda chegaram a estudar uma expansão de até 70% em 1984, mas já admitem que não haverá "vontade política" do governo neste sentido, inclusive porque o novo compromisso com o FMI é de uma oferta monetária nunca superior a 50%.